

# SEMINÁRIO DA CGTP-IN SOBRE O ESTATUTO LABORAL E SOCIAL DOS JOVENS

DEZEMBRO DE 2011

## O EMPREGO E O ESTATUTO SOCIAL DOS JOVENS

Gabinete de Estudos da CGTP-IN

*“É paradoxal que, numa região do mundo cuja população envelhece e onde o número de pessoas a cargo não cessa de aumentar, seja precisamente a parte da população activa de que depende a prosperidade e o progresso futuro que encontre as maiores dificuldades de integração e de adaptação” (BIT, 2005).*

*“Numerosos estudos mostram como a entrada no mercado de trabalho durante a recessão pode deixar feridas permanentes nos jovens afectados e, recentemente, têm sido expressos receios de que a crise possa deixar como possível legado uma “geração perdida” formada por jovens completamente separados do mercado de trabalho” (ILO, 2010, tradução).*

Em 2010 celebrou-se o Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social, tendo então a CGTP-IN apresentado um Projecto compreendendo a realização de estudos focalizados no emprego jovem.

Porque esta problemática no âmbito do combate à pobreza e à exclusão social? Porque existe a percepção de que, se a realidade portuguesa continua muito marcada pela incidência da pobreza nos idosos, estão a emergir outras formas. Nestas poderá vir a ser mais relevante no futuro a pobreza nos jovens inseridos no mercado de trabalho com baixas qualificações (o que às vezes coexiste com elevadas habilitações), com elevada precariedade e rotatividade emprego/desemprego.

Este Projecto comportou um Estudo com duas componentes. A primeira tem como suporte a realização de um estudo exploratório qualitativo, assegurado por via de entrevistas aprofundadas a jovens, aleatoriamente seleccionados, segundo critérios definidos. O Estudo abrange trabalhadores inseridos em postos de trabalho com baixas qualificações (não qualificados e semi-qualificados), mesmo que o seu nível de habilitações seja elevado. Este trabalho foi realizado por uma equipa do Observatório das Desigualdades/Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE-IUL em articulação com a CGTP-IN e o ISS (Instituto da Segurança Social).

A segunda aborda em termos gerais o emprego e o estatuto social dos jovens, tendo como principal suporte a análise de fontes estatísticas, com relevo para as do GEP-MTSS (Quadros de Pessoal) e do ISS. Está desdobrado em duas partes: a primeira (o presente documento), aborda o Emprego e o Estatuto Social dos Jovens, enquanto a segunda está mais focalizada na área do emprego e dos salários.

Os dois trabalhos, da responsabilidade do Gabinete de Estudos da CGTP-IN, contaram com a colaboração na fase inicial, no âmbito do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social, do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, nomeadamente quanto aos apuramentos dos dados estatísticos resultantes dos Quadros de Pessoal e do Instituto da Segurança Social no âmbito do Projecto apresentado pela CGTP-IN.

Este documento inicia-se com uma apresentação da problemática dos jovens (“ser jovem hoje”) com aspectos relativos à delimitação da categoria social, às habilitações, à inserção na actividade económica, à família e à pobreza; indica em seguida, sinteticamente, os principais traços caracterizadores do emprego juvenil (os quais são desenvolvidos no segundo documento); o ponto 3 analisa o desemprego jovem, destacando o desemprego de longa duração, a cobertura pela segurança social e a eventual desvalorização social dos diplomas; o ponto 4 aborda o impacto da crise económica sobre o emprego e o desemprego jovem; a conclusão (ponto 5) aponta no sentido de que o estatuto social dos jovens se tende a desvalorizar.

## **1. SER JOVEM HOJE**

Hoje é difícil ser jovem mesmo se os jovens não constituam uma categoria social homogénea. Expressões como “geração dos 500 euros”<sup>1</sup> são indicativas de um estatuto laboral desvalorizado: a ocupação de empregos mal remunerados a que se associa a precariedade. Mesmo que se possa considerar que há também a categoria dos jovens que ocupam empregos bem remunerados, a expressão remete para uma inserção produtiva que, em geral, é hoje mais desfavorável para os jovens, em comparação com um passado relativamente recente.

A crise mundial de 2007-2009 veio dar maior visibilidade à vulnerabilidade dos jovens na sociedade e a agravá-la na medida em que se revelou terem sofrido com uma intensidade desproporcionada os seus efeitos, o que levou a OIT a dizer que estaríamos face a uma “geração perdida”. A continuidade desta crise com a da dívida soberana na Europa veio adensar um clima já difícil. Na Irlanda, um recente relatório do Conselho Nacional da Juventude é significativamente intitulado: "O desemprego juvenil na Irlanda: A geração esquecida".

---

<sup>1</sup> Expressões idênticas, mas com valores diferentes, surgiram noutros países, a revelarem problemas comuns: “geração dos mil euros”, em Espanha, em meados da década passada, num contexto em que o aluguer de uma casa em Barcelona atingia facilmente os 600 a 700 euros; “geração dos mil euros” igualmente em Itália; “geração dos 700 euros” na Grécia, a qual surgiu num contexto de motins urbanos em Dezembro de 2008 (Van de Velde, 2010).

A delimitação da categoria social jovem não é fácil porque, com o alongamento da idade média de saída da escola e a dificuldade de inserção no emprego, se pode considerar que se tende a ser jovem até mais tarde. A idade média de saída da escola é hoje de 19 anos e a de entrada no mercado de trabalho de 21 anos, o que contrasta com o facto de uma parte da actual população empregada ter começado a trabalhar aos 14 anos e até em idades inferiores. E é longo, às vezes muito longo, o tempo que medeia entre a saída da escola e um primeiro emprego de natureza estável.

Compreende-se assim que os estudos sobre os jovens não coincidam quanto ao grupo etário retido, ainda que a maioria se refira ao escalão dos 15 aos 24 anos. Já noutros se usa o escalão dos 15 aos 29 anos. Pelo que, as definições de “juventude” dependem da finalidade do que se pretende medir, como defende a OIT. No caso de um estudo em que se pretende analisar o emprego jovem, tendo em conta uma inserção com estabilidade no mercado de trabalho, é razoável admitir que o grupo etário seja ainda mais alargado. Por isso, se tem como referência principal o grupo etário dos 15 aos 34 anos ainda que se considerem também outros limites etários (por exemplo, o dos 15 aos 24 anos para efeitos da comparabilidade com os dados de outros países)<sup>2</sup>.

### ***Uma geração com maior nível de habilitações***

A comparação da situação dos jovens pode também ser dificultada quando se analisa o emprego porque a dimensão da população jovem trabalhadora depende quer das tendências demográficas (que tendem a reduzir a sua expressão devido ao declínio da taxa de fecundidade, o qual tem sido muito forte em Portugal) quer da cobertura pelo ensino (no caso, o prolongamento da escolaridade obrigatória e a expansão do ensino superior).

O peso dos estudantes nos jovens aumentou fortemente nas últimas décadas devida à democratização do ensino, ao prolongamento da escolaridade obrigatória (fixada em 9 anos em 1986) e à melhoria do nível de vida.

É particularmente relevante a expansão ocorrida no *ensino superior*. A população universitária formava uma pequena elite no 25 de Abril. Em 2009/2010 os alunos matriculados no ensino superior eram já de 384 mil. Os valores da década passada apontam para a tendência de estabilização do número de alunos, após o forte crescimento nas décadas passadas, e para um esbatimento do predomínio das mulheres neste nível de ensino. Mas a taxa de escolarização cresceu ao longo da década, passando de 26,9% em 2000 para 30,6% em 2009/2010.

Houve pois progressos claros em termos de níveis de escolarização. Ainda assim, precisam de ser relativizados, pois quando se faz a comparação com a situação dos outros países europeus, verificamos que a situação nos é desfavorável. O abandono escolar continua a ser elevado o que alimenta empregos de má qualidade ou, pior, a exclusão social. E a população jovem dos 25 aos 34 anos que em 2007 atingiu pelo menos o 12º ano é de 44% face a 79% na média dos países da OCDE (CNE, 2010:15).

Seja como for, é um facto que os jovens têm habilitações mais elevadas que as das gerações que os precederam, para além de uma familiaridade com tecnologias de informação e de

---

<sup>2</sup> O módulo *ad hoc* do Inquérito ao Emprego sobre a entrada dos jovens no mercado de trabalho usa o grupo dos 15 aos 34 anos (INE, 2010a).

comunicação que estas têm dificuldade em usar – o que contrasta com a inserção profissional problemática e a ocupação de maus empregos pelos jovens.

### ***Os jovens e a actividade económica: o peso crescente do desemprego***

O grupo etário dos 15 aos 34 anos abrange pouco mais de 2,7 milhões de pessoas, um valor que tende a regredir devido ao processo de envelhecimento da população. As perspectivas demográficas e económicas não fazem prever a reversão desta tendência num futuro próximo, sendo Portugal um dos países com mais baixa fecundidade na Europa, muito aquém do limiar de substituição das gerações<sup>3</sup>.

A maioria destas pessoas está naturalmente inserida na actividade económica, sendo activos – isto é, empregados ou desempregados. Grosso modo, verifica-se que 2/3 são activos e 1/3 inactivos, a maioria dos quais estudantes.

Os jovens activos (empregados e desempregados) são menos de 2 milhões. A população activa reduziu-se ao longo da década passada em resultado do envelhecimento populacional já que a taxa de actividade não desceu. Os jovens sem actividade económica (grupo que é sobretudo constituído pelos estudantes) diminuíram também em valores absolutos, mas parece tenderem a estabilizar em termos relativos.

A mudança principal ocorreu na composição dos jovens activos. A população empregada diminuiu entre 2000 e 2010 em cerca de 400 mil, o que se deve a razões demográficas e ao aumento do desemprego. Observa-se que a redução da parte dos jovens empregados já se vinha a observar entre 2000 e 2005. No início da década, os jovens desempregados representavam menos de 4% do total, enquanto que em 2010, em plena crise no mercado de trabalho, atingiam os 19%. Se considerarmos apenas os jovens com actividade económica, verificamos que em 2000 os desempregados constituíam 5,6% do total face a 15% em 2010. O que revela uma incapacidade, que se acentuou ao longo da década, de inserir os jovens no emprego.

#### **Os jovens e a actividade económica (mil)**

	2000	%	2005	%	2010	%
População (15 a 65 anos)	6938,7		7115,3		7119,9	
Jovens (15 a 34 anos)	3109,4 <sup>4</sup>	100,0	2969	100,0	2739,9	100,0
Com actividade económica	2085,9	67,1	2049,1	69,0	1849,3	67,5
Empregados	1968,3	63,3	1827	61,5	1572,6	57,4
Desempregados	117,6	3,8	222,1	7,5	276,7	10,1
Sem actividade económica	1010,9	32,5	919,9	31,0	890,6	32,5

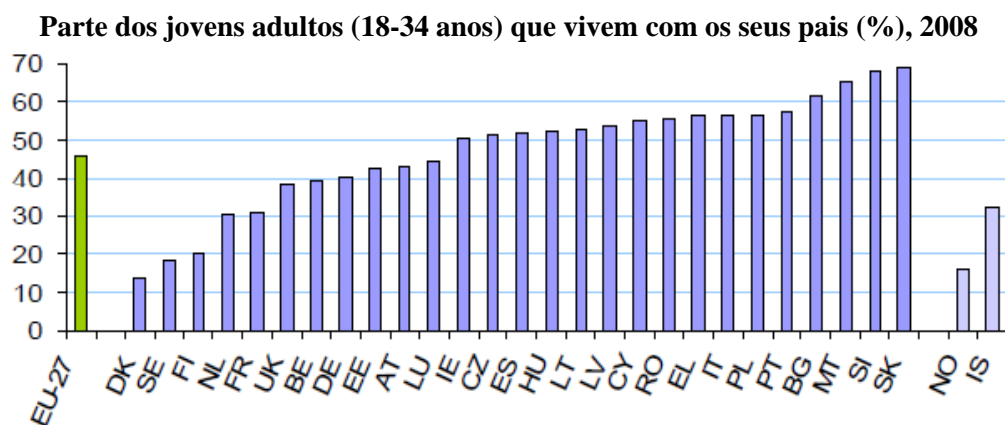
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego e Estimativas provisórias da população residente para a população de 15 a 65 anos

### ***Família: um caminho mais longo entre a casa dos pais e uma vida independente***

<sup>3</sup> A fertilidade (número de filhos por mulher em idade fértil) passou de 1,44 em 2003 para 1,32 em 2009, num contexto de inversão da tendência de quebra na UE27 (de 1,47 para 1,60 no mesmo período) (Eurostat, 2011).

<sup>4</sup> Há uma pequena discrepância nos dados já que a soma dos jovens não coincide com as duas categorias consideradas (com e sem actividade económica)

Uma parte muito significativa dos jovens vive com os seus pais e as dificuldades económicas são invocadas como a principal causa que impede que ganhem independência. Na UE 46% das pessoas entre 18 a 34 anos de idade viviam com os seus pais em 2008 (Eurostat, 2010). Na maioria dos países, este valor iguala ou supera os 50%, com uma amplitude de variação muito forte: de menos de 15% na Dinamarca a perto de 70% na Eslováquia. Os países nórdicos apresentam valores mais baixos (inferiores a 20% na Dinamarca, Suécia e Finlândia) e os países do Sul, bem como alguns dos novos Estados-Membros, valores mais elevados (60% ou mais na Bulgária, Malta, Eslovénia e Bulgária). Portugal, com um valor que se aproxima dos 60%, surge no grupo de países onde a saída da casa dos pais se faz mais tarde.



Fonte: Eurostat (2010); PT = Portugal

São diversos os *factores que condicionam a vida independente*, como sejam: a frequência de ensino, um factor que pesa sobretudo no grupo dos 18 aos 24 anos; a união consensual com um parceiro, tendo ou não base legal; a necessidade de apoio das famílias; as condições adversas do mercado de trabalho; o apoio dos jovens aos seus pais; o custo da habitação. As dificuldades económicas (não ter condições materiais para ter uma vida independente) vêm em primeiro lugar: 44% dos jovens entre os 15 e os 30 anos declararam, num inquérito realizado em 2001, que não têm condições que lhes permitam viver na casa dos seus pais e 28% que não encontram uma casa disponível cujo custo possam suportar. Em Portugal a primeira das razões abrangia 60% dos jovens, sendo o 2º valor mais alto da UE, mas a segunda pouco pesava, vindo o nosso país em último lugar.

### Políticas públicas e integração dos jovens na Europa

A crise põe à prova diferentes modelos de integração dos jovens na Europa:

- No *modelo escandinavo* a intervenção pública é forte (financiamento público, directo e universal da vida estudantil); visa-se garantir a independência dos jovens face aos seus pais; valoriza-se a autonomia individual; os percursos da juventude são longos e móveis;
- No *Reino Unido* há uma entrada precoce no mercado de trabalho; as trajectórias de estudos são mais curtas; recorre-se ao crédito bancário para financiar os estudos a inserção profissional; valoriza-se a emancipação e a independência económica;

- Nos *países mediterrâneos*, a precarização e a vulnerabilidade à conjuntura são elevadas; há dificuldades de emancipação, dependência familiar e vulnerabilidade face à crise; as inquietações sobre o futuro fazem baixar a fecundidade, agravando o envelhecimento.

Fonte: Van de Velde, 2010

Os padrões familiares alteraram-se profundamente. Uma parte significativa dos jovens com menos de 30 anos que vive em uniões consensuais (em que os parceiros vivem na mesma casa, exista ou não uma base legal) tem uma situação de facto, ainda que existam marcadas diferenças na UE: desde países onde constituem a maioria (como a França) a países onde ocorre o contrário (como na Grécia). Portugal surge aqui numa situação intermédia, mas mais próxima da Grécia que da França. Por outro lado, a idade média no primeiro casamento tende a verificar-se mais tarde. Em Portugal e no caso das mulheres (INE, 2010b): esta idade média aproxima-se hoje dos 30 anos (29,6), 3,1 anos mais que em 1970; a idade média de nascimento do 1º filho tem aumentado continuamente desde o início dos anos 80; as famílias monoparentais constituídas por mulheres predominam.

### ***Um maior risco de pobreza***

A pobreza (ou em risco de pobreza segundo a terminologia comunitária) é maior nos jovens. Um em cada cinco no grupo etário dos 18 e os 24 anos vive em pobreza face a 16% para a população total (dados de 2007). Esta incidência é menor quando se alarga às idades entre os 18 e os 34 anos, mas é, ainda assim, de perto de 16%.

Existem diferenças significativas entre os vários países da UE, em resultado de diferentes factores. O modo como se acede a prestações sociais, as quais podem estar mais ou menos dependentes da verificação de períodos de garantia, tem influência porque os jovens têm naturalmente carreiras contributivas mais curtas.

O facto de uma parte significativa de jovens viver mais tempo na casa dos pais pode esconder pobreza já que os seus rendimentos, quando existem, estão inseridos nos rendimentos dos agregados familiares. Esta razão explica o facto de a incidência da pobreza jovem ser mais elevada nos países onde os jovens deixam mais cedo a casa dos pais, como acontece na Dinamarca. A mesma razão, mas agora em sentido inverso, poderá explicar que em Portugal a taxa de pobreza dos jovens seja inferior à da população em geral.

Talvez mais importante seja procurar captar a dinâmica da pobreza:

- A situação financeira dos *idosos* melhorou nas últimas décadas, embora o seu nível de rendimento seja menor que o da restante população e a taxa de pobreza permaneça acima da média. Esta melhoria é uma conquista da segurança social, já que sem as transferências (prestações) a pobreza é muito elevada. Trata-se de uma evolução que ocorre na generalidade dos países. Em Portugal, a taxa de pobreza dos idosos passou de 38% em 1994 para 22% em 2007 (Rodrigues, 2010). É também ilustrativo comparar a taxa de pobreza dos reformados (17,4% em 2008) com a dos outros inactivos (29,9%). A taxa de substituição das pensões irá, porém, cair fortemente nos próximos anos devido a reformas efectuadas na segurança social, pelo que resta saber qual o seu impacto sobre a pobreza dos idosos;

- Os *desempregados* são um grupo social muito exposto. As melhorias na situação do mercado de emprego nos anos que precederam a crise mundial de 2008-2009 evaporaram-se com esta, a que se seguiu a aplicação de planos de austeridade em vários dos países. A situação portuguesa é específica e pior. O desemprego vinha a crescer desde o início da década passada (4% em 2000) sendo hoje superior a 12%. A sua redução é muito problemática no quadro de baixo crescimento económico (ou mesmo de recessão) e num contexto de programas de austeridade. Os principais riscos são o desemprego de longa duração, que abrange mais de metade dos desempregados, e a redução da protecção social no desemprego, uma política que vai ser continuada e aprofundada no âmbito do empréstimo externo. No que respeita aos jovens, o problema reside no facto de terem uma maior taxa de desemprego e menor segurança social;
- O *mercado de trabalho* é uma fonte de pobreza: trabalhadores pobres e desempregados. O emprego precário aumenta o risco de desemprego o que pode aumentar a pobreza. Os jovens, especialmente dos jovens com baixas qualificações, são altamente vulneráveis: o risco de desemprego é maior, a precariedade mais acentuada e os empregos que ocupam são geralmente de baixa qualidade;
- As *crianças* são particularmente atingidas pela pobreza, o que está associado ao aumento das famílias monoparentais.

## **2. O EMPREGO JOVEM: INSERÇÃO PROFISSIONAL DIFÍCIL E EMPREGO VULNERÁVEL**

O nível global de emprego jovem tem-se vindo a contrair em resultado de factores demográficos e económicos, como se viu no ponto anterior. Em 2010, estavam inseridos no mercado de trabalho menos de 1,6 milhões, o que corresponde a uma taxa de emprego de 57%. Uma inserção longa, penosa e complexa e um emprego com elevada vulnerabilidade, são dois aspectos cruciais que se abordam a seguir.

### ***Da escola ao trabalho: uma transição longa, penosa e complexa***

A transição entre a escola, a entrada no mercado de trabalho e a obtenção de um emprego é difícil. A duração da transição depende do nível de estudos, do grau de dificuldade em inserir-se no mercado de trabalho e da idade em que se obtém um emprego estável.

A idade média de saída da escola é de 19 anos, variando, naturalmente, em função do nível de escolaridade concluído: 16 anos para os jovens que concluem a escolaridade até ao 3º ciclo, 20 anos para os que completam um nível secundário ou pós-secundário e 24 anos para os que completaram um nível superior (INE, 2010a).

O tempo que medeia entre a saída da escola e a obtenção do primeiro trabalho com uma duração de três meses pode ser demorado. Se forem excluídos os jovens que começaram a trabalhar enquanto estudavam, vêm-nos uma duração média de transição de 20,4 meses. A transição é mais demorada no nível de escolaridade mais baixo (26 meses) e mais rápida no

superior (9,5 meses). A entrada no mundo do trabalho dá-se numa idade já próxima dos 21 anos. Não se dispõe ainda de dados comparáveis com outros países da UE, mas a informação existente, baseada nos inquéritos à força de trabalho (Eurostat, 2010: 107), aponta no sentido de que Portugal se situa numa posição intermédia entre os países onde a entrada se faz cedo (nos quais se inserem os nórdicos e o Reino Unido) e países onde se faz tarde (como a Itália, Roménia e Hungria).

A transição para o emprego é mais complicada nas situações de abandono precoce da educação e da formação: quase 1 em cada 3 jovens que não têm mais do que o 3º ciclo do ensino básico e não participavam em educação formal ou não formal levava mais de dois anos a encontrar trabalho após a saída da escola.

#### Abandono escolar precoce e duração da transição para o emprego (%)

	A	Até 1 ano	1 a 2 anos	+ 2 anos
Abandono precoce (Sim)	14,1	39,4	16,5	30,1
Abandono precoce (Não)	25,7	49,7	12,9	11,8

Fonte: INE (em Neves e Lima, 2010)

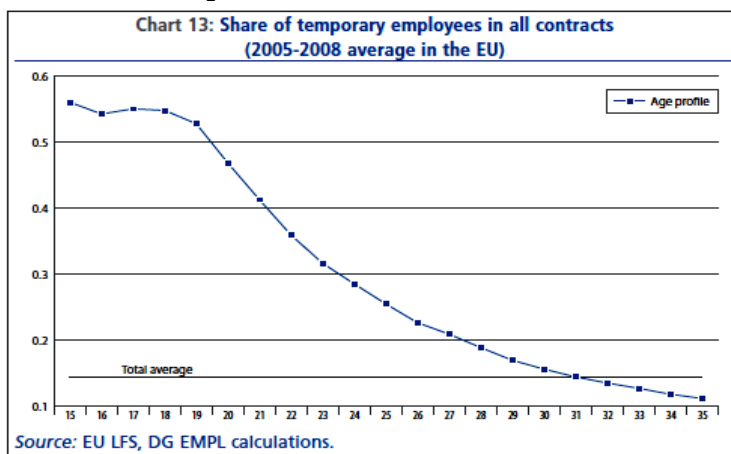
Notas: (1) abandono precoce da educação e formação (15 a 34 anos)

(2) A = Começou a trabalhar antes de sair da escola

Tão importante como obter trabalho é encontrar um trabalho permanente. O *tempo de inserção para um emprego permanente* tende a alongar-se. Pode levar mais de 10 anos entre a saída da escola (19 anos) e a obtenção de um emprego estável e duradouro, o qual ocorre muitas vezes depois dos 30 anos.

A situação na UE indica que um em cada dois jovens tem contratos de duração determinada até aos 20 anos. Depois esta percentagem desce com a idade mas mantém-se acima da média do peso destes contratos no total de empregos. Só aos 32 anos é que a incidência da contratação não permanente é inferior a esta média global.

#### Contratos não permanente no total dos contratos



Fonte: European Commission (2010)



Os países com maior precariedade são a Polónia, Espanha e Portugal. Consta-se no nosso país que, no período de 2005 a 2008, só aos 34 anos é que a incidência dos contratos de trabalho não permanentes é inferior a 20%.

O reconhecimento da realidade dum inserção penosa no emprego levou à definição de dispositivos de apoio à inserção profissional dos jovens (como a aprendizagem, os estágios, etc.), ainda que possam simplesmente proporcionar ao patronato uma mão-de-obra mais barata.

O período de inserção é também mais marcado por alternâncias entre períodos de emprego, de desemprego e de empregos apoiados. E por casos em que os jovens regressam à casa dos pais. No conjunto, temos uma inserção mais longa, mais penosa e mais complexa.

### ***O emprego jovem: forte concentração sectorial, baixas qualificações e estatuto de trabalho desvalorizado***

A caracterização do emprego jovem evidencia traços distintivos que separam o emprego jovem do emprego em geral, ou, pelo menos, que mais marcam o emprego jovem<sup>5</sup>.

Verifica-se existir uma *forte concentração sectorial do emprego jovem*<sup>6</sup>. A maioria dos jovens trabalha em actividades de serviços, com destaque para as actividades de comércio. No total, temos 5 sectores que absorviam 71% do emprego jovem em 2008: comércio e reparação automóvel; indústrias transformadoras; actividades administrativas e de serviços; construção; alojamento e restauração. Atendendo a que a indústria e a construção representam um terço do total e que o emprego nas actividades primárias é baixo, vem-nos que o grosso dos jovens se concentra nas actividades designadas por terciárias (comércio e serviços). Esta concentração tende a acentuar-se pois a principal alteração na distribuição do emprego jovem por sectores relativamente a 1998 é o declínio do emprego jovem na indústria.

*Uma parte significativa ocupa empregos a que correspondem baixas qualificações*, entendendo por estas o conjunto formado pelos profissionais semiqualeificados e não qualificados. Um em cada quatro tinha estas qualificações em 2008 e a evolução, ainda que favorável, tem sido lenta (-2,3 pontos percentuais face a 1998). E, embora haja em geral correspondência entre qualificações e habilitações, verifica-se que um conjunto significativo de jovens com baixas qualificações detém pelo menos o secundário (um terço no caso dos semiqualeificados). A distribuição do emprego por grupos de profissões, mostra que a maioria (57% em 2009) ocupa profissões administrativas, comerciais e operárias. A categoria profissional “empregados” é a mais representativa (22%).

*Os jovens são mais vulneráveis à precariedade de emprego*. A incidência dos contratos a prazo é de 40%, o que representa perto do dobro da taxa global. Esta é apenas uma das formas de precariedade não abrangendo outras, como os designados "recibos verdes". Uma parte dos contratos a prazo é feita com empresas de trabalho temporário, as quais empregam sobretudo jovens (64% em 2009). Mais de metade auferia neste ano salários que se situaram entre os 450 e os 600 €

---

<sup>5</sup> O emprego jovem é abordado de um modo mais detalhado no documento do Gabinete de Estudos da CGTP-IN, “Caracterização do emprego jovem”.

<sup>6</sup> Utilizam-se os dados dos Quadros de Pessoal com referência aos grupos etários: 18-24 e 25-34 anos.

*Os salários são baixos ainda que o mesmo seja verdadeiro para a generalidade dos trabalhadores.* A remuneração média de era de 747 € em 2009 e mais de 2/3 recebia menos de 750 €. Se olharmos para os jovens com menores qualificações obtemos 525 € em 2008, um valor não muito acima do valor popularizado dos 500 euros. Recorde-se que foi neste ano que se vulgarizou a expressão da “geração dos 500 euros” para descrever casos de jovens com formação superior que tiveram de recorrer a empregos precários em áreas diferentes das correspondentes às suas habilitações.

#### **Remuneração de base dos jovens**

	1998		2008	
	18-24	25-34	18-24	25-34
Total (€)	388	539	552	782
Pouco qualificados (€)	359	429	492	553
% remuneração de base média	68,4	95,1	65,5	92,7
Idem (pouco qualificados)	63,3	75,6	58,3	65,6
% salário mínimo (pouco qualificados)	1,22	1,46	1,15	1,30

Fonte: Calculado com base nos Quadros de Pessoal

Temos, em suma, um estatuto laboral desvalorizado: inserção profissional difícil; peso significativo de baixas qualificações, apesar da subida das habilitações; falta de correspondência entre qualificação e habilitação para uma parte dos jovens; precariedade; baixos salários.

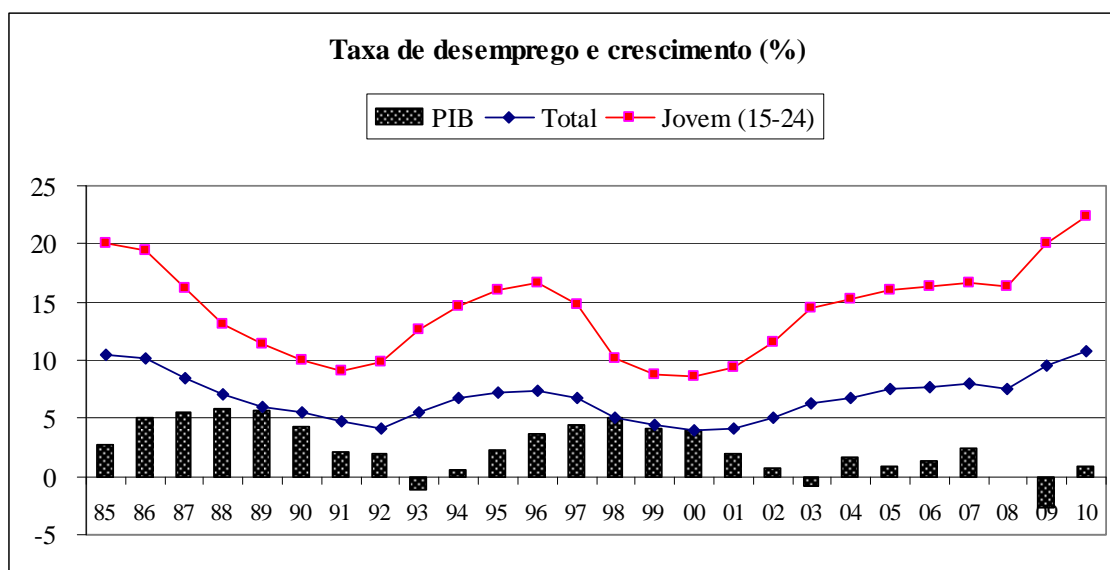
Acresce que a regulação do trabalho e do emprego fixa, nalguns casos, normas menos favoráveis para os jovens. Estes são muitas vezes usados como cobaias de transformações que se pretendem introduzir no mercado de trabalho. Um aspecto essencial foi, em 1989, a consagração na legislação de trabalho da admissão do contrato a termo para os trabalhadores à procura do primeiro emprego, independentemente da natureza temporária ou não dos postos de trabalho. Também existem situações em que houve mudanças favoráveis em nome da igualdade, como na legislação do salário mínimo, mas não é, em regra, o que vem acontecendo<sup>7</sup>.

### **3. O MAIOR RISCO DE DESEMPREGO**

#### ***Maior risco de desemprego e vulnerabilidade ao ciclo económico***

A comparação da taxa de desemprego dos jovens (no gráfico, o grupo etário dos 15 aos 24 anos) com a taxa de desemprego global num período suficientemente longo é fundamental para a análise do desemprego juvenil. O gráfico mostra essa evolução para o período de 1985 a 2010.

<sup>7</sup> Caso da Lei n° 45/98 de 6 de Agosto, a qual proíbe a discriminação salarial dos jovens na fixação do salário mínimo.



Fonte: INE, Contas Nacionais e Inquérito ao Emprego

*O risco de desemprego nos jovens é mais elevado nos jovens. A taxa de desemprego jovem é mais de 2 vezes superior à taxa de desemprego geral e não há uma tendência de aproximação entre estas duas taxas (a diferença média é de 2,1). Em 2010 a taxa de desemprego dos jovens (15 aos 24 anos) foi de 22,4%.*

*Os jovens são também mais vulneráveis ao ciclo económico.* Neste período temporal ocorreram duas fases expansivas da economia (1986 a 1990 e 1996 a 2000), uma fase de recessão/estagnação (1993-1994) e um longo período de baixo crescimento ou recessão (2001 a 2010), o qual compreende dois anos de quebra do produto interno bruto (2003 e 2009). A taxa de desemprego variou ao longo destas fases. Mas a taxa de desemprego juvenil é mais sensível ao ciclo. Esta taxa cresce mais fortemente nos períodos recessivos ou de abrandamento económico (o que significa que os jovens são mais vulneráveis aos despedimentos) mas desce também mais rapidamente quando há crescimento (isto é, são mais facilmente empregáveis). Ou seja, há uma redução do diferencial nos períodos de crescimento económico mas em períodos de agravamento geral do desemprego a diferença volta a alargar-se.

Na crise actual (2009-2011), esta diferença foi de 2,1 pontos percentuais (em 2009 e 2010), tendo baixado relativamente a 2008 (2,2). Este ano voltou a alargar-se, sendo de 2,4 no terceiro trimestre.

As medidas de apoio ao emprego dos jovens têm sido assim ineficazes para contrariarem estas tendências de fundo, o que não significa que sejam inúteis, isto é que sem elas a situação seria exactamente a mesma.

Há quem defenda que o desemprego jovem se deve à insuficiência da formação e à inadequação das habilitações. Estas razões dificilmente explicam a razão do desvio entre a taxa de desemprego jovem e a taxa global. Os jovens têm um nível de formação superior ao das gerações precedentes pelo que à partida deveriam ter um menor desemprego e não o contrário. Quanto ao desfasamento entre as habilitações escolares e a natureza dos empregos,

tomaram-se diversas medidas ao longo das duas últimas décadas – na formação inicial, na formação extra-escolar, nas políticas activas de emprego.

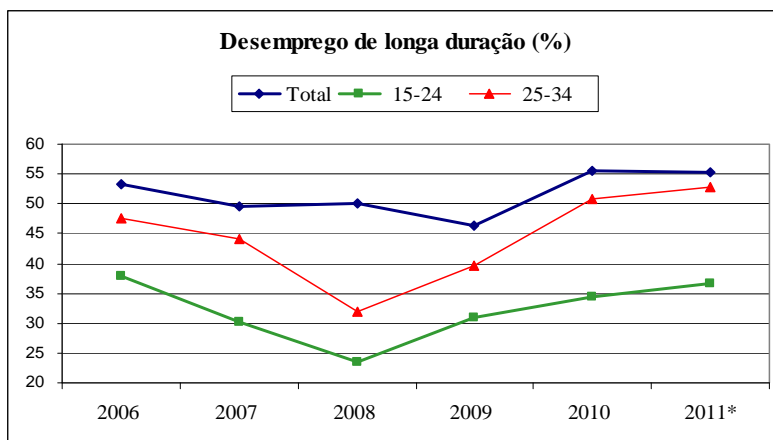
### ***O desemprego de longa duração***

A duração do desemprego varia segundo a idade, sendo progressivamente mais alta à medida que esta avança. A reentrada no mercado de trabalho uma vez perdido o emprego (ou, na procura do primeiro emprego, a sua entrada quando são feitas diligências para procurar emprego) é mais rápida nos jovens, pelo que o desemprego de longa duração (desempregados que procuram emprego há 12 e mais meses) tem uma expressão mais baixa. Mais baixa, mas sem deixar de ser significativa já que em 2007 abrangia entre cerca de um terço (grupo dos 15 aos 24 anos) e 44%.

A crise teve um impacto no aumento da parte do desemprego de longa duração. Este é um problema de natureza estrutural já que ao longo de toda a década passada este desemprego foi sempre elevado (entre 2003 e 2010 a percentagem dos desempregados de longa duração variou entre perto de 40% em 2003 e mais de 55% em 2010). Nos últimos anos (em 2006 e 2010), houve alterações ao regime legal da protecção do desemprego. Foi invocada a preocupação de fazer se baixar o desemprego de longa duração através de medidas que visaram não só uma intervenção mais activa dos centros de emprego mas também o recorte nos direitos dos desempregados (em particular, a alteração das normas relativas ao emprego conveniente).

O desemprego continuou a aumentar entre 2007 e 2009, ainda que se tenha verificado uma diminuição da componente de longa duração. A crise fez aumentar de novo este desemprego em 2010. Uma parte dos trabalhadores despedidos em 2009 não terão conseguido reintegrar-se no mercado de trabalho.

Se pensarmos que 2007 foi o último ano anterior à crise (primeiro, no contexto da recessão global e depois no da dívida soberana) vem-nos o resultado paradoxal de o agravamento no desemprego de longa duração estar a penalizar mais os grupos etários de idade jovem (dos 15 aos 34 anos) e de idade intermédia (35 aos 44 anos), enquanto o grupo dos desempregados com 44 e mais anos viu reduzida a proporção da componente de longa duração. É sobretudo preocupante que mais de metade dos desempregados dos 25 aos 34 anos esteja desempregado há um ou mais anos.



Fonte: INE, IE; 2º trimestre; \* nova série

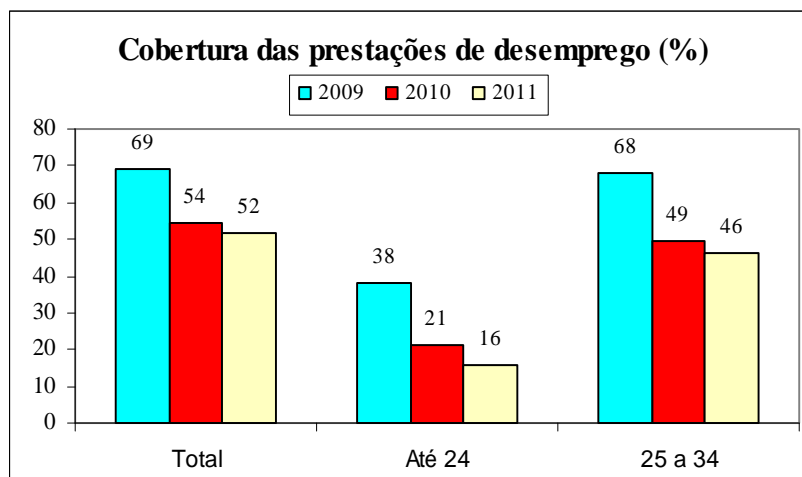
### *A cobertura pela segurança social*

A protecção social no desemprego pela segurança social é menor em relação aos restantes trabalhadores devido quer à natureza desta protecção quer à maior incidência da precariedade:

- O subsídio de desemprego é um seguro social pelo que não cobre os desempregados que, por não terem ainda entrado no mercado de trabalho (procura do primeiro emprego), não podem formar o período de garantia;
- Os jovens inseridos no mercado de trabalho sofrem mais com a precariedade, o que tem consequências na formação do período de garantia necessário ao acesso ao subsídio de desemprego (15 meses). Uma parte não acede e outra é apenas abrangida pelo subsídio social de desemprego, um regime que não assegura a mesma protecção e está sujeito a condição de recursos. De facto, os desempregados nesta protecção, que tem características marcadamente assistencialistas, são mais jovens que os do subsídio de desemprego;
- O acesso pelos jovens ao subsídio social de desemprego é difícil: primeiro porque, no caso dos jovens que vivem com a família, os seus rendimentos são globalizados nos do agregado familiar; e depois porque as condições de acesso a prestações não contributivas se tornaram mais restritivas a partir de 2010 (Decreto Lei nº 70/2010 de 16 de Junho), o que determinou uma forte quebra no número de beneficiários do subsídio social de desemprego;
- A duração do subsídio de desemprego varia com a idade e a carreira contributiva. A revisão legal com efeitos a 2007 foi penalizadora em relação aos beneficiários com idade inferior a 30 meses já que a duração de referência baixou de 12 para 9 meses (art. 30º do Decreto-Lei nº 220/2006 de 3 de Novembro).

A cobertura dos jovens pelas prestações de desemprego é mais baixa. Se analisarmos os dados de 2009 a 2011 nos dois grupos etários considerados e os confrontarmos com o total, concluímos:

- A incidência do subsídio social de desemprego inicial é superior nos jovens, sobretudo no grupo etário dos 15 aos 24 anos. Em Dezembro de 2009, 40% dos beneficiários das prestações de desemprego, neste grupo, tinham aquela prestação face a 19% para o total (22% no caso do grupo dos 25 aos 34 anos);
- A cobertura das prestações de desemprego (avaliadas em relação aos desempregados registados) é claramente inferior no grupo mais jovem, estando próxima da média geral no caso do grupo dos 25 aos 34 anos;
- Com o agravamento do desemprego e com as alterações legislativas ao regime das prestações de desemprego baixou fortemente a cobertura. Este declínio é geral mas é mais intenso no caso dos grupos jovens.



Fonte: D-G Segurança Social e IEFP

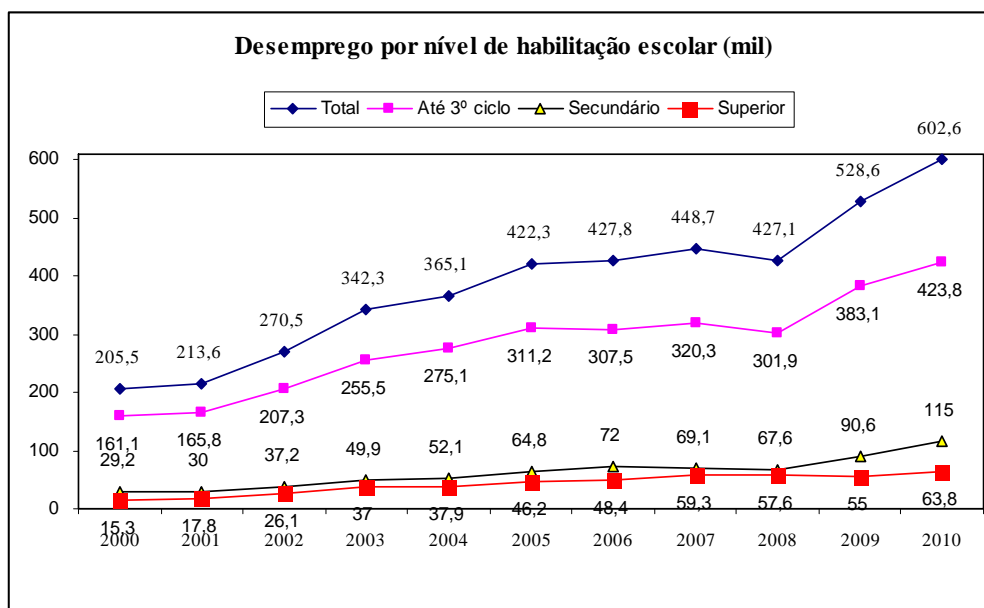
Nota: Dados de Dezembro (2009 e 2010) e Outubro (2011)

### ***Uma desvalorização social dos diplomas?***

Este tema vem sendo objecto de debates devido ao aumento da população escolar e à constatação de que a detenção de um diploma não constitui uma garantia face ao desemprego. Haverá assim uma desvalorização social dos diplomas.

A evidência empírica mostra que a população activa com habilitação superior tem crescido a um ritmo muito mais intenso que o da população em geral, o que traduz o facto da entrada no mercado de trabalho de jovens com formações mais elevadas. Em que medida é que o sistema produtivo tem sido capaz de integrar no emprego estes jovens?

O número de desempregados com formação superior era muito baixo no início da década passada. Em 2000 representavam 7,4% do total. Esta proporção cresceu nos anos seguintes atingindo 13,5% em 2008, mas depois decaiu no contexto da crise económica, embora esta população tenha continuado a crescer em valor absolutos. As categorias que mais sofreram o impacto da crise foram, em termos relativos, os trabalhadores com formação secundária, vindo depois os trabalhadores cuja habilitação não excede o 3º ciclo.



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Em suma, não se pode concluir nem que o diploma perde valor nem que o país já não precisa de mais jovens com o ensino superior, ainda que seja verdade que tende a crescer o número de pessoas com ensino superior na população desempregada. Os problemas da inserção destes jovens têm a ver com várias razões:

- Dificuldade de inserção no emprego de pessoas nalgumas áreas educativas (por exemplo, alguns cursos na área das ciências empresariais);
- Expressão ainda baixa de empregos com habilitações e qualificações altas no sector privado, ainda que tenda a crescer: em 2008, os trabalhadores com nível de ensino superior (bacharelatos e licenciaturas), nas empresas abrangidas pelos Quadros de Pessoal, eram de 13,7% face a 7,7% em 2000;
- Estancamento das admissões na Administração Pública, um grande empregador de pessoas com níveis de ensino superior (55% do emprego em 2010), e perdas de emprego (33 mil entre 2005 e 2010) (DGAEP, 2011).

#### 4. O IMPACTO DA CRISE

A crise teve um impacto multifacetado sobre o emprego jovem, tendo-se com referência o período de 2007 a 2010. Os jovens foram mais atingidos, sobretudo o grupo mais jovem (15 aos 24 anos).

A taxa de actividade teve uma queda muito forte no grupo mais jovem sendo superior a 5 pontos percentuais: alguns jovens poderão ter retardado a procura de emprego, devido às condições económicas adversas, embora já não tenha sucedido com o grupo dos 25 aos 34 anos.

O emprego decaiu na população em geral, mas a quebra foi mais forte no grupo dos mais jovens. Foi também neste grupo que se registou o maior crescimento do desemprego (mais 5,8 pontos percentuais). Como se viu nos pontos anteriores, é particularmente preocupante o aumento do desemprego de longa duração nos jovens, sendo mais afectado o grupo dos 35 aos 44 anos; por sua vez, os trabalhadores com habilitações secundárias foram mais atingidos pelo desemprego, vindo a seguir os trabalhadores cujas habilitações não excede o 3º ciclo; os trabalhadores com o ensino superior têm resistido melhor à crise.

A precariedade (peso dos contratos não permanentes no emprego assalariado) agravou-se entre 2007 e 2010, apesar de ter descido em 2009. Neste ano, os trabalhadores com contratos a prazo foram mais abrangidos por despedimentos o que teve como resultado a diminuição da precariedade. Mas em 2010 esta volta a aumentar. A precariedade de emprego dos jovens é muito mais alta (mesmo no grupo dos 25 aos 34 anos é de 1/3 do total) e aumentou nos dois grupos de jovens de modo mais intenso que a dos restantes trabalhadores.

#### A população jovem na crise (%)

	2007	2008	2009	2010	Varição 2010/2007 p.p.
Taxa de actividade (global)	53,0	53,0	52,5	52,5	-0,5
Taxa de actividade 15-24 anos	41,9	41,6	39,2	36,7	-5,2
Taxa de actividade 25-34 anos	89,7	90,0	89,8	90,2	0,5
Taxa de emprego (global)	57,6	57,8	56,0	55,2	-2,4
Taxa de emprego 15-24 anos	34,9	34,7	31,3	28,5	-6,4
Taxa de emprego 25-34 anos	80,9	82,1	80,0	78,7	-2,2
Taxa de desemprego (global)	8,0	7,6	9,5	10,8	2,8
Taxa de desemprego 15-24 anos	16,6	16,4	20,0	22,4	5,8
Taxa de desemprego 25-34 anos	9,8	8,7	10,9	12,7	2,9
% de empregos não permanentes (geral)	22,2	23,2	21,8	23,0	+0,8
Idem 15-24 anos	51,7	54,6	53,7	57,0	+5,3
Idem 25-34 anos	28,2	31,0	30,1	32,8	+4,6

Fontes: INE, Inquérito ao Emprego e, para a população (15-65 anos), Anuário Estatístico

Notas: Empregos não permanentes: trabalhadores por conta de outrem sem contratos permanentes, referindo-se os dados referem-se ao 2º trimestre de cada ano;

p.p. = pontos percentuais

Ainda que escasseie informação estatística, existem indicações de que a emigração de jovens, incluindo a de jovens qualificados, está a aumentar.

## 5. CONCLUSÃO: UM ESTATUTO LABORAL SOCIAL QUE SE TENDE A DESVALORIZAR



Apesar de os jovens não constituírem um grupo homogéneo, a conclusão é que, em geral, o estatuto laboral e social se tende a desvalorizar.

Primeiro, os jovens dependem até idades relativamente avançadas do apoio das famílias. Existem diversos motivos, como o alongamento do período de formação, mas as condições materiais têm um forte peso. O mesmo acontece relativamente às dificuldades de inserção profissional em empregos estáveis.

Segundo, a análise indica uma relação de vulnerabilidade face ao emprego, sobretudo no caso dos jovens pouco qualificados: a transição entre a escola e a obtenção de um emprego estável é longa; o risco da precariedade de emprego é muito mais acentuado; há desajustamentos frequentes entre as habilitações e o nível de qualificação das profissões exercidas; a regulação do trabalho e do emprego tende a fixar normas menos favoráveis para os jovens. Esta vulnerabilidade contrasta com a sua maior capacidade intelectual (pelo facto de serem jovens), as habilitações mais altas que as das gerações precedentes e uma elevada familiaridade com as tecnologias de informação e de comunicação. Dir-se-ia que estes factores se sobreporiam a outros, como a falta de experiência, mas não é o que acontece.

Terceiro, o desemprego penaliza mais os jovens (o risco de desemprego é hoje mais do dobro) e são também atingidos pelo desemprego de longa duração. O grupo etário dos 25 aos 35 anos é aquele onde o regresso ao mercado de trabalho está a ser mais problemático.

Quarto, a crise económica expôs mais a fragilidade dos jovens no mercado de trabalho com o aumento do desemprego e da precariedade; a quebra do emprego; o aumento do desemprego de longa duração; a redução da cobertura pelas prestações de desemprego (ainda que esta resulte também de alterações no regime legal de protecção no desemprego).

Esta desvalorização do estatuto laboral e social dos jovens não ocorre apenas no nosso país, como a OIT vem alertando. Se a crise de emprego é global, o maior preço da crise está a ser pago pelos jovens nos países desenvolvidos. O que está na base de movimentos de protesto em diversos países europeus (ILO, 2011), incluindo em Portugal.

### **Referências principais**

BIT (2005), *Gérer les transitions, gouvernance et travail décent*, Relatório do Director Geral à 7ª Reunião Regional Europeia da OIT em Fevereiro de 2005, 2º volume.

CNE (Conselho Nacional da Educação) (2010), *Estado da Educação 2010. Percursos escolares*, disponível em [www.cnedu.pt](http://www.cnedu.pt).

DGAEP (2011), *Boletim do Observatório do Emprego Público*, nº 4, Maio de 2011, disponível em [www.dgaep.gov.pt](http://www.dgaep.gov.pt).

European Commission (2010), *Employment in Europe 2010*, disponível em <http://ec.europa.eu>.

Eurostat (2009), *Youth in Europe. A Statistical Portrait*, disponível em <http://epp.eurostat.ec.europa.eu> .

Eurostat (2010), "51 million young EU adults lived with their parent(s) in 2008", *Statistics in focus* 50/2010, disponível em <http://epp.eurostat.ec.europa.eu> .

Eurostat (2011), *Demography Report 2010*, disponível em <http://epp.eurostat.ec.europa.eu>.

GEP-MTSS (2010), *Retrato da Situação no Mercado de Trabalho das Pessoas com Ensino Superior em Portugal – 1998-2008*, Coleção *Cogitum* n° 36.

ILO (2010), *Global Employment Trends for Youth 2010*, disponível em [www.ilo.org](http://www.ilo.org) .

ILO (2011), *Global Employment Trends for Youth: 2011 update*, disponível em [www.ilo.org](http://www.ilo.org)

INE (2010a), "Entrada dos jovens no mercado de trabalho", *Informação à comunicação social*, 30.4.2010, disponível em [www.ine.pt](http://www.ine.pt).

INE (2010b), *Homens e mulheres em Portugal 2010*, INE, disponível em [www.ine.pt](http://www.ine.pt)

INE, Inquérito ao Emprego (vários anos), disponível em [www.ine.pt](http://www.ine.pt)

Neves, Susana e Lima, Francisco (2010), "Transição escola – mercado de trabalho: duração da procura do 1º emprego" em: *INE, Estatísticas do Emprego – 2º trimestre de 2010*.

Rodrigues, Carlos Farinha (2010), *Inquérito às Condições de Vida e Rendimento das Famílias: indicadores de risco de pobreza e de desigualdade na distribuição do rendimento*, apresentação em PowerPoint.

Van de Velde, Cécile (2010), "Avoir 20 ans en temps de crise", *Alternatives Économiques*, Hors-Série n° 85 (Génération), entrevista.